



Arquivo pessoal

“ É muito importante que todas as instituições democráticas do país enxerguem os adolescentes e jovens como atores fundamentais da democracia”

Mário Volpi

Coordenador do programa Cidadania dos Adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil

Formado em Filosofia e mestre em Políticas Sociais pela Universidade de Brasília (UNB), Mário Volpi é, desde 1999, oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, onde coordena o programa Cidadania dos Adolescentes. Antes de ingressar no Unicef, foi educador social e desenvolveu diferentes trabalhos com meninos e meninas de rua em Curitiba (PR) e São Leopoldo (RS), no final da década de 1980. Também representou o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua na mobilização pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e foi assessor do Instituto de Estudos Sócio-econômicos (Inesc), organização não governamental especializada no acompanhamento dos projetos de lei relacionados à defesa dos direitos da criança e do adolescente no Congresso Nacional, de 1996 a 1999. É autor de diversos livros, artigos e relatórios sobre jovens e adolescentes no Brasil.

JEED: O documento “Agenda pela Infância: 2015-2018”, lançado pela Unicef no ano passado, tem o objetivo de manter os direitos de crianças e adolescentes brasileiros na pauta política dos próximos anos. Uma das propostas é “Assegurar que adolescentes e jovens participem da vida democrática do país”. Na sua opinião, como é possível garantir o envolvimento desses jovens nas decisões relativas à política, especialmente nas que tratam de seus próprios direitos?

ENTREVISTADO: A participação de adolescentes e jovens na vida política do país é, acima de tudo, um direito. O direito de participar nas decisões do país está presente como um princípio fundamental, desde os tratados internacionais das declarações de direitos humanos após a Segunda Guerra Mundial até a Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes e a legislação nacional. O exercício desse direito deve se dar desde a família, a escola, a comunidade até a participação nas eleições do país. Para garanti-lo, é preciso ter um amplo processo pedagógico que eduque adolescentes e jovens no exercício da cidadania. Isso pode se dar na escola, por meio dos grêmios estudantis, dos conselhos escolares e outras formas. Nas políticas públicas, existem os conselhos setoriais, que podem assegurar participação de adolescentes e jovens, como no caso dos conselhos de saúde, de assistência social e dos conselhos dos direitos de crianças e adolescentes. Embora, em alguns desses conselhos, não haja uma participação formal, é sempre importante assegurar que eles sejam escutados e que suas vozes sejam levadas em consideração nas tomadas de decisão.



A participação de adolescentes e jovens na vida política do país é, acima de tudo, um direito.”

JEED: Nesse contexto, como o senhor avalia a importância de projetos como o “TRE Vai à Escola” e “Eleitor do Futuro”, que têm por objetivo promover o exercício livre e consciente da cidadania por meio de palestras e ações voltadas para alunos do ensino médio?

ENTREVISTADO: É muito importante que todas as instituições democráticas do país enxerguem os adolescentes e jovens como atores fundamentais da democracia. Essa iniciativa do TRE-RJ produz uma oportunidade importante de valorização da sua participação no ato central da democracia, que é o voto. Para exercer esse direito com consciência e autonomia, é preciso conhecer suas regras, participar do debate, apresentar propostas, construir uma visão crítica e apropriar-se desse instrumento para conquistar seus próprios direitos e assegurar o direito de todos.

JEED: Há três anos, um levantamento feito pelo TRE-RJ mostrou que apenas 32% dos jovens brasileiros entre 16 e 17 anos, para quem o voto não é obrigatório, já tinham tirado título de eleitor. Na sua opinião, como esse quadro pode ser revertido?

ENTREVISTADO: Educadores, pais, professores, gestores de políticas públicas, funcionários públicos e os cidadãos adultos têm uma grande responsabilidade quando há desinteresse de adolescentes e jovens pela política. Os políticos em geral têm uma responsabilidade maior ainda por esse desinteresse, pois são eles que devem prestar contas à sociedade acerca dos seus mandatos e mostrar concretamente práticas mais coerentes com o que a sociedade espera deles. Por isso, juntamente com as demandas sociais pela ética na política, deve também acontecer uma convocatória pela participação de adolescentes e jovens. São eles que vão assegurar uma mudança intergeracional na qual as práticas do passado e do presente podem ser superadas por uma vivência mais autêntica da democracia, onde se respeita as opiniões divergentes, onde o bem comum está acima dos interesses corporativos e pessoais, onde o cidadão é o centro da democracia.



Educadores, pais, professores, gestores de políticas públicas, funcionários públicos e os cidadãos adultos têm uma grande responsabilidade quando há desinteresse de adolescentes e jovens pela política.”

JEED: A Unicef tem firmado parcerias com tribunais eleitorais. Qual o objetivo dessas iniciativas?

ENTREVISTADO: O objetivo central do Unicef no país é ajudá-lo a garantir todos os direitos de todas as crianças e adolescentes, a partir da aplicação da Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes. Nós firmamos uma parceria com o Tribunal Superior Eleitoral e estamos estendendo-a ao TREs para avançar nesse processo de educação para o exercício da cidadania por meio do voto. Para isso, estamos desenvolvendo uma sistematização de metodologias existentes e produzindo materiais de orientação pedagógica, para que adolescentes e jovens conheçam seus direitos, usufruam dos direitos e, se eles não forem assegurados, possam reivindicá-los e possam também construir, a cada dia, novos direitos. ■